IV SEMANA DA DEMOGRAFIA

DEMOGRAFIA DOS INVISIBILIZADOS: FORTALECENDO PRESENÇAS QUE ESCAPAM

UNICAMP – 06 a 10 de abril de 2026

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EMPREGABILIDADE: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE IMPACTOS NA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

Márliton Pereira dos Santos[1]

RESUMO

A relação entre políticas educacionais, qualificação profissional e mercado de trabalho tem sido amplamente debatida na literatura, especialmente no contexto das desigualdades sociais e regionais que marcam a realidade brasileira. Embora a expansão do acesso à educação e a implementação de programas de educação profissional e tecnológica tenham contribuído para o aumento da escolaridade e do desenvolvimento de competências, persistem desafios relacionados à precarização do trabalho, à informalidade e ao desalinhamento entre formação educacional e demandas do mercado. O problema de pesquisa consistiu em compreender em que medida as políticas educacionais voltadas à qualificação profissional têm sido eficazes na promoção da inserção laboral e da melhoria das condições de trabalho de populações em situação de vulnerabilidade social. A hipótese central foi que tais políticas contribuem para o fortalecimento do capital humano e ampliam as oportunidades de emprego, porém seus efeitos são condicionados por fatores estruturais, como desigualdades territoriais, articulação institucional limitada e contextos econômicos regionais. O objetivo do estudo foi analisar, por meio de uma revisão sistemática da literatura, os impactos das políticas educacionais sobre escolaridade, empregabilidade e renda, bem como identificar limites, desafios e perspectivas futuras dessas políticas. A metodologia seguiu o protocolo Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análises (PRISMA), com buscas nas bases SciELO e Portal de Periódicos da CAPES, contemplando publicações entre 2015 e 2025. Os resultados indicam avanços na qualificação e no desenvolvimento de competências técnicas e socioemocionais, mas revelam impactos heterogêneos sobre a inserção no mercado de trabalho. Concluiu-se que a educação constitui elemento central para a redução das desigualdades, porém seus efeitos dependem da articulação entre políticas educacionais, mercado de trabalho e estratégias de desenvolvimento econômico e social.

Palavras-chave: Políticas educacionais; Qualificação profissional; Mercado de trabalho; Vulnerabilidade social; Revisão sistemática.

INTRODUÇÃO

A conexão entre educação e empregabilidade é amplamente reconhecida como um dos fatores mais importantes para a inclusão social e econômica das pessoas, especialmente em contextos onde as desigualdades são evidentes. Políticas educacionais que focam na

[1] Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. E-mail: marlitonsantos@hotmail.com

qualificação profissional, na ampliação do acesso ao ensino e na diminuição da evasão escolar são frequentemente vistas como estratégias essenciais para melhorar as condições de trabalho e renda, especialmente para grupos que enfrentam vulnerabilidades sociais (Lira; Santos, 2019). No Brasil, essas políticas ganham ainda mais importância devido às desigualdades históricas no acesso à educação e ao mercado de trabalho, que impactam de maneira desproporcional jovens, pessoas de baixa renda e comunidades marginalizadas (Alves; Coelho; Paiva, 2025). Nesse contexto, a pesquisa científica tem se esforçado para entender como as intervenções educacionais realmente ajudam a melhorar a empregabilidade, a renda e a qualificação profissional desses grupos.

Apesar de todo o esforço em implementar políticas educacionais voltadas para a inserção no mercado de trabalho, ainda são enfrentados desafios significativos em relação à eficácia dessas iniciativas. Pesquisas mostram que simplesmente aumentar o acesso à educação não garante, por si só, melhores oportunidades de emprego, especialmente em um contexto de trabalho precário e crescente informalidade (Alves; Coelho; Paiva, 2025). Além disso, fatores estruturais como desigualdades regionais, discriminação social e a falta de conexão entre educação e mercado de trabalho limitam os efeitos positivos dessas políticas (Lobato; Almeida Filho, 2025). Nesse cenário, é evidente que há uma lacuna na análise crítica das evidências científicas sobre os reais impactos das políticas educacionais na empregabilidade de grupos vulneráveis, o que destaca a importância de revisões sistemáticas que organizem e examinem os dados disponíveis na literatura.

Partiu-se da hipótese de que políticas educacionais bem estruturadas e focadas na qualificação profissional têm um impacto positivo na empregabilidade de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Elas ajudam a abrir portas no mercado de trabalho, melhorando a renda e elevando o nível de qualificação. No entanto, acredita-se que esses efeitos não são iguais para todos, pois dependem de fatores como a forma como as políticas são desenhadas, o contexto socioeconômico, a conexão com o mercado de trabalho e as desigualdades estruturais que já existem.

A realização deste estudo foi importante porque precisa-se organizar e analisar de forma crítica as evidências científicas que mostram como as políticas educacionais afetam a empregabilidade de grupos vulneráveis, levando em conta a diversidade de contextos e abordagens que encontramos na literatura. Apesar de haver muitos estudos sobre educação e trabalho, percebe-se que os resultados estão fragmentados e faltam sínteses robustas que nos ajudem a avaliar, de maneira integrada, a eficácia dessas políticas (Coradini, 2025). Além disso, os resultados deste estudo podem ajudar na formulação e no aprimoramento de políticas públicas de educação e emprego, oferecendo uma base empírica para a tomada de decisões em situações de vulnerabilidade social.

Dessa forma, o presente estudo teve como objetivo avaliar, por meio de uma revisão sistemática da literatura, os impactos das políticas educacionais na empregabilidade de populações em situação de vulnerabilidade social, buscando levantar estudos que analisem políticas voltadas à inserção no mercado de trabalho, examinar seus efeitos sobre emprego, renda e qualificação profissional e sintetizar as evidências e limitações metodológicas dos estudos selecionados, conforme os critérios estabelecidos pelo protocolo Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análises (PRISMA).

METODOLOGIA

Este estudo adotou a metodologia dos Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análises (PRISMA) para a realização de uma revisão sistemática da literatura acerca dos impactos das políticas educacionais na empregabilidade de populações em situação de vulnerabilidade social. A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa, de natureza básica e com objetivos exploratórios, buscando compreender como diferentes políticas educacionais influenciam a inserção no mercado de trabalho, a renda e a qualificação profissional de grupos socialmente vulneráveis.

Neste estudo, o conceito de vulnerabilidade social se refere a grupos de pessoas que enfrentam condições de desigualdade econômica, baixa escolaridade, dificuldades para acessar

direitos sociais e uma inserção precária no mercado de trabalho. Isso inclui jovens de baixa renda, pessoas desempregadas, trabalhadores informais e comunidades que historicamente foram marginalizadas. Essa definição se baseia na ideia de que a vulnerabilidade é influenciada por fatores sociais, econômicos e territoriais que restringem as oportunidades de inclusão social e profissional.

As bases de dados Portal de Periódicos CAPES e SciELO foram selecionadas em razão de sua relevância para as áreas de Educação, Ciências Sociais e Trabalho, abrangendo publicações no período de 2015 a 2025. As buscas foram realizadas por meio da combinação de palavras-chave com operadores booleanos, conforme a seguinte estratégia: (“políticas educacionais” OR “políticas públicas de educação” OR “qualificação profissional” OR “educação profissional”) AND (“empregabilidade” OR “mercado de trabalho” OR “inserção laboral”) AND (“vulnerabilidade social” OR “populações vulneráveis” OR “desigualdade social”).

Os critérios de inclusão levaram em conta artigos científicos revisados por pares, publicados entre 2015 e 2025, que estivessem disponíveis na íntegra e nos idiomas português, inglês ou espanhol. Esses artigos precisavam abordar políticas educacionais relacionadas à inserção no mercado de trabalho ou à empregabilidade de populações em situação de vulnerabilidade social. A escolha do recorte temporal entre 2015 e 2025 justificou-se pela intenção de contemplar produções científicas recentes, publicadas nos últimos dez anos, possibilitando uma análise atualizada acerca dos impactos das políticas educacionais sobre a empregabilidade de populações em situação de vulnerabilidade social. Por outro lado, os critérios de exclusão incluíram estudos que não passaram pela revisão por pares, trabalhos que não estavam disponíveis em texto completo, publicações em outros idiomas e pesquisas que não mostrassem uma relação direta entre políticas educacionais e empregabilidade.

Depois de identificar os estudos iniciais, os artigos duplicados foram eliminados com a ajuda do software *EndNote*. Em seguida, realizou-se a triagem dos títulos e resumos, avaliamos os textos completos que eram elegíveis e, por fim, extraiu-se e sintetizou-se os dados

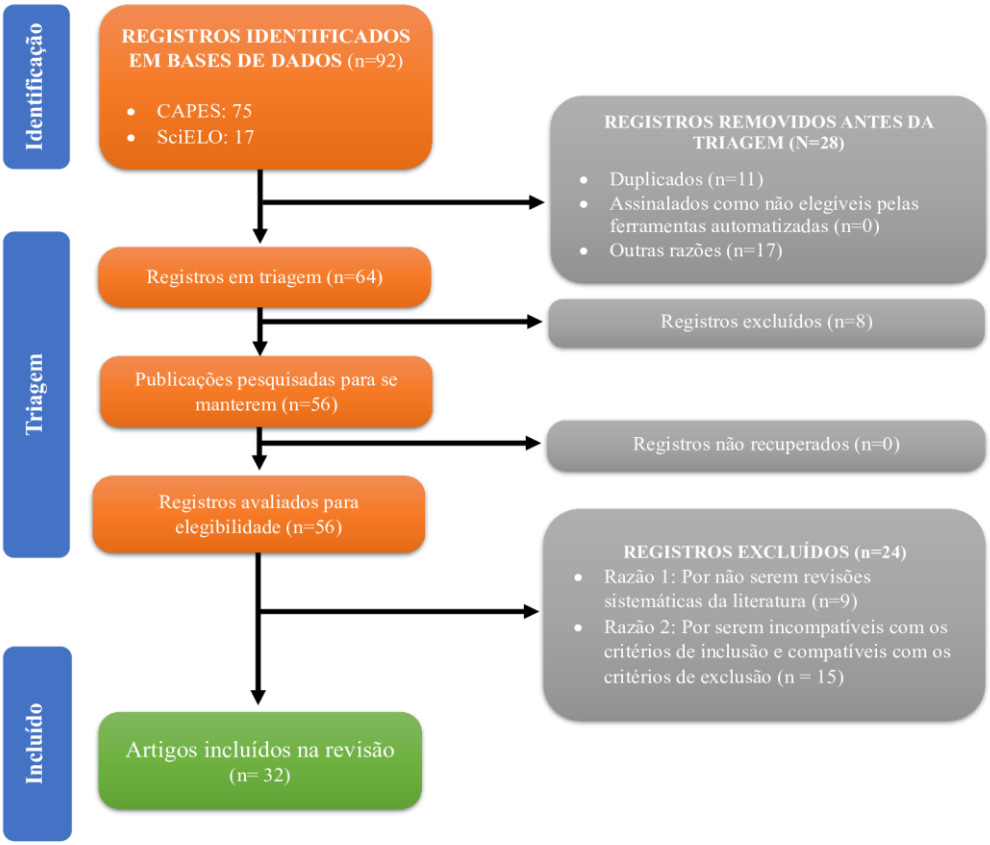
e informações. O objetivo foi identificar evidências científicas, resultados e por último mapear desafios e perspectivas futuras relacionados à implementação de políticas educacionais voltadas à empregabilidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Panorama dos estudos selecionados

O fluxograma do protocolo para a seleção de artigos foi ilustrado na Figura 1.

FIGURA 1 – Fluxograma PRISMA utilizado no presente trabalho



Fonte: Autoria própria (2026).

De acordo com a Figura 2, que apresenta o fluxograma PRISMA referente ao processo de seleção dos estudos, inicialmente foram identificados 92 registros nas bases de dados CAPES (n = 75) e SciELO (n = 17). Antes da etapa de triagem, 28 registros foram removidos, sendo 11 duplicados e 17 excluídos por outras razões, sem exclusões automatizadas. Dessa forma, permaneceram 64 registros para a triagem inicial. Após essa etapa, 8 registros foram excluídos, resultando em 56 publicações analisadas para manutenção e elegibilidade, sem registros não recuperados. Na fase de avaliação dos critérios de inclusão e exclusão, 24 estudos foram eliminados, dos quais 9 por não se caracterizarem como revisões sistemáticas da literatura e 15 por serem incompatíveis com os critérios de inclusão estabelecidos. Ao final do processo de seleção, 32 artigos atenderam plenamente aos critérios definidos e foram incluídos na revisão.

Políticas educacionais e inserção no mercado de trabalho: evidências da literatura

A análise dos estudos selecionados permitiu identificar um conjunto de pesquisas que avaliaram políticas educacionais voltadas à inserção no mercado de trabalho, especialmente aquelas direcionadas a populações em situação de vulnerabilidade social. De modo geral, os estudos concentram-se em programas de educação profissional e tecnológica, qualificação para jovens e adultos, ensino técnico integrado ao ensino médio e políticas de expansão do acesso ao ensino superior. Os resultados indicaram que tais políticas têm sido associadas a melhorias nos níveis de escolaridade e no desenvolvimento de competências profissionais, consideradas fatores centrais para a empregabilidade em contextos marcados por desigualdades sociais e econômicas (Silva; Coutinho, 2024; Maciel; Rocha, 2024).

Entretanto, a literatura também evidenciou que os impactos dessas políticas não ocorrem de forma linear ou homogênea. Diversos estudos apontaram que, embora haja aumento da qualificação, a efetiva inserção no mercado de trabalho depende de fatores adicionais, como a dinâmica econômica regional, a articulação entre instituições educacionais e o setor produtivo, bem como a qualidade e a duração das formações ofertadas. Além disso, observou-se que muitos programas carecem de mecanismos sistemáticos de avaliação de resultados a longo

prazo, o que limita a compreensão de seus efeitos reais sobre emprego e renda (Cavalcanti *et al.*, 2023). Com o objetivo de sistematizar essas evidências, a Tabela 1 apresenta uma síntese dos principais estudos identificados que avaliam políticas educacionais voltadas à inserção no mercado de trabalho. Foram escolhidos quatro porque foi esse o número de artigos que apresentaram as informações mais relevantes para os objetivos específicos do presente estudo.

TABELA 1 – Síntese de estudos sobre políticas educacionais voltadas à inserção no mercado de trabalho

Autor/Ano	Tipo de Política Educacional	Público-alvo	Principais Resultados
(Maciel; Rocha, 2024)	Educação profissionalizante	Jovens de baixa renda	Aumento da qualificação, impacto moderado na empregabilidade
(Ferreira; Pereira, 2023)	Ensino técnico integrado	Estudantes do ensino médio	Melhoria nas competências profissionais e maior inserção formal
(Cavalcante; Sarti; Rocha, 2024)	Programas de qualificação profissional	Adultos em situação de vulnerabilidade	Elevação da escolaridade, efeitos limitados sobre renda
(Carneiro; Bridi, 2020)	Políticas de acesso ao ensino superior	Jovens e adultos vulneráveis	Ampliação de oportunidades, inserção laboral gradual

Fonte: Autoria própria (2025).

Entre os estudos que foram analisados, a pesquisa de Ferreira e Pereira (2023) se destacou, mostrando que programas de ensino técnico integrados ao ensino médio ajudaram a aumentar a inserção de jovens no mercado de trabalho formal. Isso foi especialmente notável em regiões onde há uma boa colaboração entre instituições educacionais e os setores produtivos locais. Os resultados mostraram melhorias nas habilidades profissionais e abriram mais oportunidades para a continuidade dos estudos, ressaltando a importância de alinhar políticas educacionais com estratégias de desenvolvimento regional.

A partir da análise da Tabela 1, observa-se que as políticas educacionais avaliadas apresentam resultados positivos sobretudo no que se refere ao aumento da qualificação e ao

desenvolvimento de competências profissionais, confirmando seu papel estratégico na preparação para o mercado de trabalho. No entanto, os estudos também revelam limitações importantes, como impactos restritos sobre a renda e dificuldades de inserção em empregos formais e estáveis, especialmente em contextos socioeconômicos desfavoráveis. Dessa forma, conclui-se que, embora as políticas educacionais sejam fundamentais para promover a empregabilidade de populações vulneráveis, sua efetividade depende da articulação com políticas de emprego, desenvolvimento econômico e proteção social, reforçando a necessidade de abordagens integradas e avaliações contínuas.

Impactos das políticas educacionais sobre emprego, renda e qualificação profissional

A literatura analisada evidenciou que as políticas educacionais voltadas à qualificação profissional exercem influência direta sobre os níveis de empregabilidade, especialmente no que se refere à ampliação do acesso ao mercado de trabalho formal. Estudos apontam que programas de educação profissional, ensino técnico e qualificação continuada contribuem para o desenvolvimento de competências técnicas e socioemocionais demandadas pelo mercado, aumentando as chances de inserção laboral de populações em situação de vulnerabilidade social. No entanto, os resultados indicam que esses impactos são mais expressivos em contextos nos quais há articulação entre formação educacional e demandas locais de emprego, reforçando a importância do alinhamento entre políticas educacionais e políticas de desenvolvimento econômico (Silva; Coutinho, 2024).

No que diz respeito à renda, os estudos revelam efeitos positivos mais moderados e heterogêneos. Embora a elevação do nível educacional esteja associada a melhores perspectivas de remuneração, diversos trabalhos apontam que o aumento da renda não ocorre de forma imediata ou uniforme entre os beneficiários das políticas educacionais. Fatores como informalidade do mercado de trabalho, instabilidade econômica e segmentação ocupacional limitam a conversão da qualificação adquirida em ganhos salariais significativos. Assim, a literatura sugere que a educação, isoladamente, não é suficiente para garantir melhorias

substanciais na renda, sendo necessária a integração com políticas de geração de emprego e proteção social (Silva; Coutinho, 2024).

Quanto à qualificação profissional, os estudos analisados convergem ao indicar avanços consistentes na aquisição de conhecimentos técnicos e habilidades profissionais entre os participantes das políticas educacionais. Observa-se que a ampliação da escolaridade e a oferta de cursos profissionalizantes contribuem para o fortalecimento do capital humano e para a adaptação às transformações do mundo do trabalho. Todavia, parte da literatura destaca limitações relacionadas à qualidade da formação ofertada, à curta duração dos cursos e à ausência de acompanhamento pós-formação, o que pode comprometer a sustentabilidade dos resultados observados (Ikuta; Monteiro, 2024). Dessa forma, concluiu-se que, embora as políticas educacionais promovam avanços na qualificação profissional, seus efeitos sobre emprego e renda dependem de estratégias integradas e de avaliações contínuas.

Mapear desafios e perspectivas futuras relacionados à implementação de políticas educacionais voltadas à empregabilidade

A análise dos estudos selecionados evidencia que a implementação de políticas educacionais voltadas à empregabilidade enfrenta desafios estruturais e institucionais recorrentes. Entre os principais obstáculos identificados estão a insuficiente articulação entre sistemas educacionais e o mercado de trabalho, a descontinuidade de programas em função de mudanças políticas e a limitação de recursos financeiros e humanos. Além disso, diversos estudos apontam que políticas educacionais nem sempre consideram as especificidades territoriais e socioculturais das populações vulneráveis, o que compromete sua efetividade e amplia desigualdades regionais no acesso a oportunidades de emprego (Cruz; Santos, 2025).

Outro desafio amplamente discutido na literatura refere-se à dificuldade de monitoramento e avaliação dos resultados das políticas educacionais ao longo do tempo. A ausência de indicadores padronizados e de análises longitudinais limita a compreensão dos impactos reais dessas políticas sobre a empregabilidade, a renda e a estabilidade ocupacional. Em contrapartida, os estudos também destacam perspectivas futuras promissoras, como o

fortalecimento de parcerias entre instituições de ensino, setor produtivo e poder público, bem como a incorporação de competências digitais e socioemocionais nos currículos, alinhadas às transformações do mundo do trabalho (Silva; Coutinho, 2025).

De forma sintética, a literatura indica que o avanço das políticas educacionais voltadas à empregabilidade depende de estratégias integradas, avaliações contínuas e maior adaptação às demandas sociais e econômicas contemporâneas.

CONCLUSÃO

Portanto, o presente estudo atingiu os seus objetivos propostos, uma vez que foi possível mapear, analisar e sintetizar as evidências científicas sobre os impactos das políticas educacionais na empregabilidade de populações em situação de vulnerabilidade social, respondendo de forma consistente à pergunta de pesquisa e confirmando a hipótese levantada. Os resultados demonstraram que tais políticas contribuem de maneira significativa para a qualificação profissional e para a ampliação das oportunidades de inserção no mercado de trabalho, ainda que seus efeitos sobre renda e estabilidade ocupacional sejam condicionados por fatores estruturais e contextuais. Como limitação do estudo, destaca-se a dependência de pesquisas secundárias, muitas delas com delineamentos de curto prazo, o que restringe análises sobre impactos de longo prazo. Assim, sugere-se que estudos futuros adotem abordagens longitudinais e empíricas, de modo a aprofundar a compreensão sobre a efetividade sustentável das políticas educacionais voltadas à empregabilidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Leonardo Libório; COELHO, Thereza Raquel de Morais Pinheiro Horta; PAIVA, Janaina Zildéia da Silva. **Políticas públicas educacionais e desigualdades estruturais:** uma análise interseccional da juventude brasileira. Curitiba, PR: Editora Aurum, 2025. DOI: https://doi.org/10.63330/aurumpub.018-014

CARNEIRO, Luci Annee; BRIDI, Fabiane Romano de Souza. Políticas públicas de ensino superior no Brasil: um olhar sobre o acesso e a inclusão social. **Revista Ibero-Americana de**

Estudos em Educação, Araraquara, SP, v. 15, n. 1, p. 146-158, 2020. DOI: https://doi.org/10.21723/riaee.v15i1.12059

CAVALCANTI, Filipe *et al*. **Evidências sobre políticas de mercado de trabalho e implicações para o Brasil:** qualificação profissional. Washington, DC: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), 2023. DOI: http://dx.doi.org/10.18235/0005274

CORADINI, Fábio dos Santos. Educação e políticas educacionais no Brasil: uma revisão crítica da produção acadêmica recente. **Aurum Revista Multidisciplinar,** Curitiba, PR, v. 1, n. 8, p. 205-219, 2025. DOI: https://doi.org/10.63330/armv1n8-015

CRUZ, Eder Pereira do Carmo; SANTOS, Marcelo Henrique Pereira. Educação e igualdade: o impacto das políticas públicas na redução das desigualdades sociais no Brasil. **ID on Line – Revista de Psicologia**, v. 19, n. 76, p. 159-175, 2025. DOI: https://doi.org/10.14295/idonline.v19i76.4179

FERREIRA, Ana Claudia; PEREIRA, Maria de Fátima Rodrigues. O ensino médio integrado ao técnico: revisão sistemática (2013-2019). **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade,** Salvador, BA, v. 32, n. 70, p. 233-252, 2023. DOI: https://doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2023.v32.n70.p233-252

IKUTA, Camila Yuri Santana; MONTEIRO, Gustavo Plínio Paranhos. Educação profissional e mercado de trabalho: um debate sobre a relação entre formação e ocupação no Brasil em 2022. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise,** Brasília, DF, v. 30, n. 78, p. 111-124, 2024. DOI: http://dx.doi.org/10.38116/bmt78/pf3

LIRA, Jailton de Souza; SANTOS, Sayarah Carol Mesquita. Qualificação profissional e as políticas educacionais para a juventude no Brasil. **Revista de Educação PUC-Campinas,** Campinas, SP, v. 24, n. 3, p. 497-516, 2019. DOI: https://doi.org/10.24220/2318-0870v24n3a4478

LOBATO, Danielle de Castro Silva; ALMEIDA FILHO, Marcelo Marques de. Desigualdades de escolaridade e de acesso ao mercado de trabalho no Distrito Federal: uma questão de raça. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura,** Campinas, SP, v. 33, n. art. e025028, 2025. DOI: https://doi.org/10.20396/resgate.v33i00.8676517

MACIEL, Fábio Bentz; ROCHA, Romero Cavalcanti Barreto. Impactos da educação profissional no mercado de trabalho brasileiro. **Pesquisa e Planejamento Econômico,** Rio de janeiro, RJ, v. 54, n. 3, 2024.

SILVA, José Augusto Souza Gomes; COUTINHO, Diógenes José Gusmão. O papel da educação profissional e tecnológica na formação para o mercado de trabalho no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE,** São Paulo, SP, v. 10, n. 11, p. 999-1007, 2024. DOI: https://doi.org/10.51891/rease.v10i11.16554